

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA

Joseilson Jales Alves
(graduando em Letras/Espanhol na UERN)
Maria Graceli de Lima
(Pós-graduanda em Letras – PPGL/UERN)
Maria Lúcia Pessoa Sampaio
(Phd na Universite de Paris VIII)

“[...] o ensino seja lá do que for, é sempre o ensino de uma visão do objeto e de uma relação com ele.” (MARCUSCHI, 2008, p. 50)

RESUMO: Neste artigo empreendemos realizar uma discussão teórica acerca do ensino de Língua Portuguesa, buscando evidenciar algumas contribuições dos estudos linguísticos considerados fundamentais nesta área. Como base teórica, este trabalho tem suas bases assentadas fundamentalmente nos estudos de Bakhtin (1986), Mendonça (2006), Oliveira e Wilson (2008), Marcuschi (2008) e Antunes (2009), centrando-se especialmente em questões que envolvem a gramática e o texto. À luz desses estudos, concluímos que a linguística tem contribuído significativamente para se pensar o ensino da Língua Portuguesa, no que se refere principalmente: (i) à concepção de linguagem enquanto produto da interação verbal; (ii) ao conceito de gramática e variação linguística, considerando-se que todos os dialetos são reconhecidos como variantes de uso, cada qual com sua gramática própria e com suas regras de utilização; e (iii) ao reconhecimento do texto como objeto de ensino em detrimento das nomenclaturas e classificações gramaticais, já que o texto é visto, nesses estudos, como linguagem colocada em uso.

PALAVRAS-CHAVE: Língua, ensino, gramática e texto.

Palavras iniciais...

No presente trabalho temos a pretensão de discutir algumas questões voltadas para o ensino de língua portuguesa, buscando evidenciar as contribuições de alguns estudos linguísticos para o conhecimento dessa entidade tão complexa.

Com esse propósito, apresenta-se inicialmente uma discussão sobre concepções de linguagem, ponto fundamental para o tratamento das questões linguísticas, seguida de algumas considerações sobre o ensino de gramática. Discute-se, a seguir, a proposta linguística que elegeu o texto como objeto central do ensino e, finalmente, conclui-se, na expectativa de termos conseguido apontar algumas contribuições da pesquisa linguística contemporânea para o ensino da língua materna.

Concepções de linguagem

Considerando o fato de existir diversas formas de pensar e compreender o fenômeno lingüístico, ao fazermos opção por uma perspectiva de abordagem, estamos também aderindo a determinadas práticas e metodologias e, ainda, a uma linha teórica específica.

Sobre esse aspecto, Oliveira e Wilson (2008) observam que num enfoque estruturalista, a língua é vista enquanto sistema virtual, abstrato, separada do seu contexto de uso. Nesse caso, a concepção que se adota é uma concepção formalista de linguagem, na qual o fenômeno lingüístico é tratado de modo abstrato, não se considerando nessa perspectiva, as diversas situações de uso da língua.

No que se trata de ensino, as autoras comentam que, os estudos tradicionais, especificamente os gramaticais, situam-se nesta perspectiva formalista. Tal perspectiva trata-se de uma concepção já antiga e de forte prestígio, que fez e faz parte da formação dos professores de Letras. Nesse sentido, Oliveira e Wilson destacam algumas práticas de sala de aula que se orientam através dessa concepção, quais sejam: as noções de certo e errado, as tarefas de análise lingüística que ficam no âmbito da palavra, sintagma ou oração, atividades de interpretação, as quais buscam a “verdadeira” compreensão ou intenção do autor e respostas de exercícios presentes nos livros didáticos.

No entendimento de Marcuschi (2008), há nessa perspectiva uma certa dificuldade de tratar a significação e os problemas voltados para a compreensão. Uma vez que a língua, aqui, é tratada apenas como código ou sistema de signos composto de vários níveis de análise formal, quais sejam: fonológico, morfológico, sintático e semântico.

Para esse pesquisador os estudos nesta abordagem não se ocupam do uso da língua, as unidades são trabalhadas isoladamente, fora de qualquer contexto, não ultrapassando, assim, a unidade máxima da frase.

A concepção formalista de linguagem se encontra presente, ainda, na incompreensão da linguagem enquanto fenômeno de comunicação e expressão, proposta do quadro de funções da linguagem de Jakobson, um dos mais importantes funcionalista do Círculo Lingüístico de Praga. Essa incompreensão deu-se pelo fato de os materiais didáticos restringirem a proposta do autor a um esquema de seis funções da linguagem, assegurando-lhes um caráter mais formal do que funcional.

Assim, embora os funcionalistas tenham tentado superar a concepção formalista da língua através dessa proposta, não tiveram o êxito esperado, já que o fenômeno lingüístico continuou sendo tratado de modo estrutural, desvinculado das situações reais de interação.

Com a abertura das pesquisas sobre o fenômeno lingüístico a perspectivas mais amplas e com a integração da linguística com outras ciências, surgiram novas abordagens sobre os fatos da linguagem.

Com efeito, Oliveira e Wilson (2008) apresenta-nos a concepção da linguagem denominada por elas de concepção funcional e pragmática. Para estas autoras o que caracteriza esse tipo de abordagem é a visão que se tem do fenômeno lingüístico enquanto produto e processo da interação humana. Ao compartilhar dessa compreensão de língua, Antunes (2009) defende que esta é provida de duas dimensões: a dimensão de sistema em si mesmo, do sistema autônomo e a dimensão de sistema em uso, ligada a realidade histórico-social do povo.

Pela ótica dessa ultima dimensão, conforme Antunes (2009)

a língua deixa de ser apenas um conjunto de signos (que tem um significante e um significado), deixa de ser apenas um conjunto de regras ou um conjunto de frases gramaticais, para definir-se como *um fenômeno social*, como *uma prática de atuação interativa*, dependente da cultura de seus usuários, no sentido mais amplo da palavra. Assim, a língua assume um caráter político, um caráter histórico e sociocultural, que ultrapassa em muito o conjunto de suas determinações internas, ainda que consistentes e sistemáticas. [grifos do autor] (p. 21)

Nessa abordagem o uso da linguagem é resultante das condições de sua produção e recepção, como se apresenta, por exemplo, na sociolingüística, segundo a qual, a língua é portadora de interferências sociais, como localidade, profissão, sexo, escolaridade e outros.

Em termos de ensino, uma das grandes contribuições da abordagem sociolingüística segundo Oliveira e Wilson (2008) foi

a possibilidade efetiva de se superar o tratamento estigmatizado dos usos lingüísticos por intermédio da consideração de que todas as expressões têm sua legitimação e motivação justificadas pela multiplicidade de fatores intervenientes do âmbito social. Com base nessa perspectiva, a chamada “norma culta” ou “língua padrão” passa a ser vista como mais uma variante de uso, uma forma de expressão tão eficiente como todas as outras que circulam na comunidade lingüística [...]. (p. 238)

Assim, se as aulas de língua portuguesa se voltam para as questões que envolvem os usos lingüísticos e os fatores sociais determinantes desses usos, assume-se, portanto, a concepção funcional da linguagem. Nesse caso nenhuma variedade é mais rica ou mais certa do que outra, pois a variedade lingüística que aprendemos é aquela falada no grupo social de

que fazemos parte. Não se trata, assim, de substituir uma variedade por outra, mas de construir possibilidades de situações de interação dos alunos entre si e com o professor.

Com o surgimento da pragmática, as pesquisas sobre o fenômeno linguístico passam a privilegiar o contexto extralinguístico onde a linguagem é produzida, deslocando suas preocupações para o processo interativo entre as pessoas. Assim sendo, nessa abordagem se tornam relevantes as intenções comunicativas dos falantes da língua, os modos de dizer e a eficácia do ato de fala. Oliveira e Wilson (2008) citam algumas contribuições importantes dessa abordagem para o ensino-aprendizagem, como:

- a) os estudos sobre modalização, que focam não especificamente os conteúdos veiculados, mas os modos de produção e de organização do dizer;
- b) a investigação das formas de comportamento e expressão de sentimentos, calcadas na teoria da polidez, de acordo com a cultura de cada comunidade;
- c) a relevância do caráter interacional da linguagem, da necessária e previsível presença do outro, do interlocutor, a quem se dirige qualquer mensagem veiculada, em versão falada ou escrita. (p. 240)

A abordagem funcional-pragmática da língua é, pois, a perspectiva por nós adotada, levando em consideração que esta tem muito a contribuir tanto na formação dos professores quanto na conscientização de seu papel nas salas de aula de língua portuguesa, que deixa de ser o de centro e passa a ser o de intermediário da experiência com o uso linguístico. Com isso, Oliveira e Wilson (2008) chamam atenção para o fato de que o professor deve sempre procurar atualizar-se nas novas pesquisas que envolvem o seu trabalho, a fim de optar por concepções de língua afinadas com os estudos mais recentes, para, assim, poder desenvolver práticas de ensino transformadoras.

Em cena: conceitos de gramática e as variedades linguísticas

Uma das contribuições mais relevantes da linguística para o ensino são as discussões voltadas para a relação existente entre língua e gramática. Nesse caso, são feitos os seguintes questionamentos: o que é língua? O que é gramática? Língua e gramática são a mesma coisa? Os linguistas já se ocuparam dessas questões, as quais têm sido reafirmadas, de forma que este debate já tem uma história.

Três conceitos de gramática muito difundidos entre os linguistas são: normativa, descritiva e internalizada. Sobre a gramática normativa, um dos seus objetivos é prescrever regras para o uso “correto” da língua.

Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. Dizer que alguém *sabe gramática* significa dizer que esse alguém *conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente*. (FRANCHI, 1991 APUD MENDONÇA, 2006, p. 234)

Essa é a gramática, segundo Mendonça (2006), mais conhecida pelos falantes, porque é ela que é ensinada nas escolas, veiculada por livros didáticos e pelas conhecidas gramáticas tradicionais. Essas gramáticas tradicionais tomam por língua uma de suas variedades, ignorando e desprezando as outras, por considerá-las inferiores. Ensinar gramática, nessa concepção, é ensinar língua, que, por sua vez, é ensinar norma culta, sendo considerada errada toda realização linguística que esteja fora dos padrões da língua eleitos como ideais.

Com os estudos linguísticos mostrou-se que a noção de erro não é uma questão precisamente linguística, mas é fruto dessa eleição social que estabelece a variedade culta como a certa. Normalmente, as variedades “erradas”, do ponto de vista da gramática normativa, são associadas a um grupo de falantes que não pertence às classes sociais dominantes. Geraldi (2006, p. 57) citando Gnerre (1985) explica que estas variedades são desprestigiadas porque “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Mendonça (2006) citando Franchi (1991) comenta outro tipo de gramática a “gramática descritiva”, a qual, segundo o autor, descreve as regras de estruturação e uso de uma língua. Neste caso,

Gramática é um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.

Saber gramática significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade. [grifos do autor] (FRANCHI, 1991 APUD MENDONÇA, 2006, p. 237)

Observamos, assim, que a gramática descritiva não possui o caráter prescritivo da gramática normativa, tendo em vista que sua finalidade essencial é descrever uma língua ou uma variedade, dizendo como essa língua ou essa variedade é usada.

Nesse sentido, as gramáticas descritivas das línguas ou de suas variedades são desenvolvidas pelos lingüistas à luz de teorias diversas produzidas no interior da Linguística.

A variedade descrita, conforme Mendonça (2006), pode ou não coincidir com a norma culta, estabelecendo-se as regras de formação e de uso dessa variedade.

Nessa concepção de gramática, a noção de erro diferentemente da gramática normativa, é toda realização linguística que não é possível de ocorrer na língua, em nenhuma de suas variedades, como, por exemplo, a sentença “uma menino”.

Mendonça (2006) considera, ainda, outro conceito de gramática, a internalizada

Gramática corresponde ao saber lingüístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica.

“Saber gramática” não depende, pois, de princípio da escolarização, ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva), na própria atividade linguística, de hipóteses sobre o que seja a linguagem e de seus princípios e regras. (FRANCHI 1991 APUD MENDONÇA, 2006, p. 238)

Segundo a autora esse tipo de gramática nasce de uma concepção gerativista da linguagem, configurando-se numa capacidade inata e presente em todo falante nativo de uma língua. Na gramática internalizada, assim como na descritiva, erro é o que não ocorre sistematicamente na língua. Mendonça (2006, p. 239) cita o caso, por exemplo, de “a vamos gente” e “o homens foi”, realizações consideradas agramaticais na língua portuguesa.

Em suma, poderíamos citar outros conceitos de gramática além dos três que foram colocados a cima, pois são múltiplas as formas de conceber a língua e operar com ela. Portanto, para pensarmos em praticas com e sobre língua em sala de aula é preciso que adotemos uma concepção de linguagem, pela qual será orientado o nosso fazer pedagógico.

O texto como objeto de ensino

Depois de ser tema de discussão de especialistas de diversas áreas do conhecimento, o ensino de língua materna passou a fazer parte das discussões dos linguistas, os quais deram uma contribuição extremamente significativa na crítica ao modo como a escola trata o ensino de linguagem.

Faraco & Castro (2000) ressaltam que essa crítica dos linguistas ao ensino tradicional incidiu sobre o caráter excessivamente normativo do trabalho com a linguagem nas escolas brasileiras. De acordo com essa crítica, as escolas além de não considerarem a realidade

multifacetada da língua, estabeleceram as regras e conceitos gramaticais como o objeto de estudo, confundindo, assim, ensino de língua com ensino de gramática.

Segundo os lingüistas, se quisermos abandonar o formalismo gramatical, devemos eleger o texto como objeto de ensino de linguagem, já que ele é, de fato, a linguagem em uso. Nesse sentido, a proposta dos linguistas reivindica que o ensino dos aspectos normativos da gramática tradicional esteja subordinado ao trabalho com o texto, ou seja, as regras ou conceitos gramaticais não seriam mais ensinados por meio de frases soltas, e sim considerando sua funcionalidade textual.

Nesse sentido, Faraco & Castro (2000) ressaltam que,

Ao elegerem o texto como objeto central do ensino, eles estão implicitamente sugerindo um outro entendimento do que vem a ser a linguagem. Agora, ao invés de um olhar monológico sobre a relação do ser humano com a linguagem, temos uma proposta que assume, mesmo que implicitamente, que o aprendizado com a linguagem se dá por meio do uso que fazemos dela na interação (oral ou escrita) que estabelecemos com o outro, seja ele real ou virtual. (p. 02)

Essa posição dialoga com as idéias de Bakhtin, uma vez que para ele “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta...” (BAKHTIN, 1986, p. 124), logo:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1986, p. 123)

Bakhtin (1986) justifica, assim, por que devemos mudar de concepção de linguagem se queremos entender o ato de ensinar língua nas escolas. Se, para ele, a interação verbal é o que importa, o professor de língua tem a importante tarefa de privilegiar em suas aulas o contato freqüente do aluno com a leitura e a produção de textos, de modo a fazer dessas atividades uma relação lingüística viva.

Para Faraco & Castro (2000), um ponto da teoria bakhtiniana que nos é muito relevante nas reflexões sobre o ensino de língua se relaciona ao conceito de texto. Para esses pesquisadores, quando os linguistas falam da interlocução na produção de textos, deixam subentendido a idéia de que para eles “texto é linguagem colocada em uso, uma vez que a sua construção visa o estabelecimento da comunicação entre os interlocutores” (2000, p. 06).

Ainda que o termo utilizado por Bakhtin em sua teoria não seja texto, a reflexão que esse teórico faz sobre enunciado, parece caracterizar perfeitamente esse conceito, já que para autor o enunciado é linguagem em uso, que se constrói nas relações humanas.

Esse conceito de enunciado (texto) de Bakhtin, segundo Faraco e Castro (2000), é um princípio teórico importante, porque pode explicar o modo como conduzimos o trabalho com leitura e produção textual em sala de aula.

No que se trata de leitura, esse princípio de Bakhtin indica que a compreensão de um texto, da palavra alheia, por parte do nosso aluno está diretamente ligada à capacidade do professor de reconstruir alguns determinantes contextuais - contexto histórico, situação do autor nesse contexto, influências estilísticas e/ou ideológicas do autor – capazes de preencher os claros e os implícitos indicados pelo texto.

O conceito de enunciado (texto) de Bakhtin é útil, ainda, para refletirmos sobre a produção textual que desenvolvemos na escola. Faraco & Castro (2000) ressaltam que para esse teórico, os enunciados que criamos nas diferentes situações comunicativas possuem aspectos discursivos relativamente estáveis. Estes enunciados são denominados por Bakhtin de gêneros do discurso. Nas suas palavras:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o dialeto até o romance volumoso). (BAKHTIN, 1992 APUD FARACO & CASTRO, 2000, p. 8)

Dessas idéias de Bakhtin, no que se refere à produção textual, podemos tirar uma lição importante: a oportunização do contato do aluno com a maior variedade de gêneros discursivos possíveis. Assim, cabe ao professor de língua portuguesa estimular tanto a produção textual como a reflexão do aluno sobre as diferenças existentes entre os variados tipos de textos. E, dessa forma, garantir a competência e a adequação discursiva do aluno para as mais variadas situações de interação socioverbal

Palavras finais...

Diante das reflexões aqui efetivadas, conclui-se que os estudos linguísticos contribuíram de forma significativa para se pensar o ensino de língua portuguesa. Dentre essas contribuições destacamos neste trabalho:

- a) *A concepção de linguagem* – a linguagem é percebida não somente como uma capacidade do ser humano de construir sistemas simbólicos, mas como uma atividade constitutiva, realizada na interação verbal. Assim sendo, a língua é vista na sua dimensão de sistema em uso, não se considerando somente as questões linguísticas, mas também as questões políticas, sociais e culturais;
- b) *Conceito de gramática e variedades lingüísticas* – embora a variedade padrão ou norma culta tenha sido tomada pela gramática tradicional como a própria língua, os estudos linguísticos sobre as variedades mostraram que todos os dialetos (regionais, sociais) são bastante complexos e cada um possui a sua gramática própria com suas regras de formação e uso. Assim, a noção de erro seria fruto de uma eleição social da variedade padrão como a certa.
- c) *O texto como objeto de ensino* – para os linguistas o estudo das línguas teria mais consistência e relevância se, ao abandonar o formalismo gramatical, elege-se o texto como ponto de referência, uma vez que este é a manifestação viva da linguagem.

Cabe ressaltar que, há diversas e contrastivas, ou complementares, formas de pensar e compreender a língua, cada qual com sua validade e contribuição para a reflexão sobre o ensino de língua portuguesa.

Referências

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

FARACO, C. A. & CASTRO, G. de. Por uma teoria lingüística que fundamente o ensino de língua materna (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom), 2000. Disponível em www.educarevista.ufpr.br/arquivos_15/faraco_castro.pdf. Acesso em 08 de fev. 2011.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: Exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDONÇA, M. C. Língua e Ensino: políticas de fechamento. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, M. R. & WILSON, V. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

